



ANS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Site: <http://www.ans.pt>

COMUNICADO

e-mail: geral@ans.pt

Nº: 10/2005
Data: 22 JUL 05

A DEFESA DOS DIREITOS É UM IMPERATIVO NACIONAL

O Encontro de Militares, promovido pelas ANS, AOFA e APA, realizado em Almada no passado dia 14 de Julho, constituiu por si só um evento maior na história do associativismo militar. Um evento desta natureza que reuniu milhares de militares, desde oficiais gerais a praças, em defesa da Condição Militar, das Forças Armadas e das condições mínimas existentes para o exercício da função militar, nunca antes tinha ocorrido. Por isso, para além da sua dimensão é sem dúvida um facto histórico.

O nível de adesão, unidade e empenhamento cívico demonstrado obrigaria, por parte das tutelas nos seus variados níveis de responsabilidade, a uma análise profunda e sensata, e à retirada das ilacções justas, correctas e rigorosas que se impõem.

Lamentavelmente tal parece não ter acontecido, senão vejamos três elucidativos exemplos:

1. A entrevista concedida pelo Ministro da Defesa Nacional ao jornal "Público" no passado dia 16 de Julho.

As declarações produzidas não só não esclarecem nem constituem uma mensagem de respeito pelos escassos direitos adquiridos e consignados na Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, como agravam e reforçam as nossas preocupações, declarando ainda que as associações "*Aproveitaram esta circunstância de haver iniciativas gerais para a função pública para se afirmarem, mas não o fizeram correctamente...*"

Ao senhor Ministro queremos dizer: não alimente expectativas e esperança em dividir os militares e as suas associações representativas para prosseguir o ataque aos nossos direitos, não o conseguirá! E como não o vai conseguir esse será o pior dos caminhos que pode escolher!

2. O senhor Primeiro Ministro recusou receber directamente das mãos dos Presidentes das 3 associações promotoras do Encontro de Almada a Moção aprovada, remetendo-nos para o seu assessor para a área do trabalho. Isto é inaceitável, sob pena de os responsáveis associativos não respeitarem as decisões do Encontro e os compromissos assumidos perante os militares presentes.

Ao senhor Primeiro Ministro queremos dizer: nós militares somos porventura Homens diferentes, porque para além das leis que jurámos defender, regemo-nos por um Código de Honra do qual temos imenso orgulho e que passamos a citar algumas passagens:

Item 4 – CULTIVO A VERDADE, A JUSTIÇA, A LEALDADE E A CAMARADAGEM.

Item 8 – HONRO A MINHA PALAVRA E ASSUMO A RESPONSABILIDADE DOS MEUS ACTOS.

Item 10 – ORGULHO-ME DE SER PORTUGUÊS E DE SER MILITAR.

Por isso, senhor Primeiro Ministro, é a si que entregaremos a Moção aprovada e tudo faremos para o conseguir. Se ler atentamente o nosso Código de Honra compreenderá o porquê desta determinação que de todo nada tem a ver com qualquer tipo de desilegância ou desrespeito para com o seu emissário.

3. No próximo dia 27 de Julho vai reunir o Conselho Superior Militar, onde serão apresentadas pelo Ministro da Defesa Nacional aos Chefes Militares as alterações propostas pelo Governo aos Sistemas de Saúde e de Assistência na Doença aos Militares e aos actuais modelos de Reserva e de Reforma.

Ao Conselho Superior Militar queremos transmitir a nossa confiança nos militares que dele fazem parte, pois conhecedores das preocupações dos seus subordinados, estamos certos que, neste momento da maior gravidade, saberão exercer com Dignidade o seu dever de tutela.

É neste quadro de acrescidas preocupações, que de todo lamentamos, não nos deixaremos derrotar nem sequer pelo cansaço. Convidamos os camaradas Sargentos da área de Lisboa a comparecerem, devidamente uniformizados, na próxima Terça-feira, dia 26 de Julho, pelas 17h30, junto da residência oficial do PM, numa demonstração de solidariedade com os Presidentes das ANS, AOFA e APA que irão tentar ser recebidos pelo senhor Primeiro Ministro para cumprir com a decisão do Encontro de entregar a Moção.

Estas medidas políticas destroem a Condição Militar e o actual modelo das Forças Armadas, por isso combatê-las é um imperativo nacional.

Unidos, determinados e confiantes, a Justiça e a Razão prevalecerão!

Lisboa, 22 de Julho de 2005
A Direcção